

**CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS –
2007**

PROVA DE DIREITO COMERCIAL

Examinador: Thales Poupel Catta Preta Leal

Questão nº 1

José Leal, brasileiro, casado sob o regime da separação absoluta de bens, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte (MG), e John Smith, americano, solteiro, residente e domiciliado também na cidade de Belo Horizonte (MG), resolveram constituir a sociedade CONSTRUTORA BRASAM LTDA. O capital social, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), totalmente integralizado no ato da assinatura do contrato social, encontra-se dividido em 500.000 (quinhentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, de forma que cada sócio subscreveu 250.000 (duzentas e cinquenta mil) quotas. O objeto social, previsto no instrumento constitutivo, corresponde ao seguinte: *“construção, incorporação e compra e venda de imóveis populares”*. Assim, o contrato social, datado e assinado por ambos os sócios em 30 de janeiro de 2006, foi submetido à JUCEMG somente em 28 de fevereiro de 2006, tendo sido devidamente arquivado nessa data.

Para alavancar os negócios, a sociedade, através do sócio administrador – José Leal, contraiu diversos empréstimos, o que possibilitou a aquisição de alguns imóveis populares na periferia de Belo Horizonte para a revenda.

Em 11 de setembro de 2006, venceu um contrato de mútuo firmado, em 02 de fevereiro de 2006, pela sociedade com um determinado credor. Com problemas de liquidez, a sociedade não conseguiu honrar a dívida, motivo pelo qual o credor ingressou com uma execução por quantia certa contra ela.

Pergunta-se:

- a) O patrimônio pessoal do administrador da sociedade poderia ser atingido nesta execução tendo em vista que a referida dívida foi contraída em 02 de fevereiro de 2006? Justifique em, no máximo, dez linhas.
- b) Caso sobrevenha a falência da sociedade em questão, as vendas dos imóveis populares de propriedade da falida, realizadas dentro do termo legal, poderiam ser declaradas ineficazes, de ofício, pelo Juiz? Justifique em, no máximo, dez linhas.

Questão nº 2

Joelson Silva, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado em Contagem (MG), empresário individual, devidamente registrado na JUCEMG, explorando o ramo de hortifrutigranjeiros, desenvolvia o seu negócio em imóvel próprio, na cidade de Belo Horizonte (MG), que exibia o título “SACOLÃO VENDA NOVA”. Endividado, celebrou com um determinado banco comercial um contrato de mútuo. Os recursos obtidos com este contrato foram suficientes para que ele quitasse as dívidas então existentes. Contudo, sem capital de giro, ajustou com um banco uma operação de abertura de crédito em conta corrente, no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que, por sua vez, foi documentada por uma Cédula de Crédito Bancário emitida por ele em favor da respectiva instituição financeira. Joelson Silva não conseguiu honrar as obrigações contraídas nos respectivos prazos. Assim, ele ingressou com uma ação revisional do contrato de mútuo, invocando a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, citando uma série de cláusulas contratuais que, supostamente, seriam abusivas. Entre as cláusulas citadas, Joelson destacou as seguintes:

- (i) *“Fica estipulado expressamente e aceito pelo MUTUÁRIO que a taxa de juros será definida pelo Banco de acordo com os parâmetros utilizados para operações desta natureza.”*
- (ii) *“Em caso de inadimplência, além dos juros moratórios à razão de 1% a.m, será devida multa moratória equivalente a 2% por mês até a efetiva quitação da dívida.”*

- (iii) *“O Banco fica autorizado a debitar nas contas correntes do MUTUÁRIO as quantias devidas em virtude do presente contrato.”*

Concomitantemente, o banco ajuizou em desfavor de Joelson uma execução por quantia certa lastreada na Cédula de Crédito Bancário, instruindo a inicial com os extratos da conta corrente, discriminando as parcelas utilizadas do crédito aberto.

- a) Quanto à ação revisional noticiada, na qualidade de Juiz(íza), avalie as supostas abusividades do contrato de mútuo apontadas pelo autor. Limite a análise em, no máximo, dez linhas.
- b) Uma vez citado na noticiada execução, Joelson opôs embargos, argüindo, tão-só, a carência de ação do exequente face à iliquidez do seu crédito e ao disposto na súmula 233 do STJ. Como você, na qualidade de Juiz(íza), decidiria estes embargos. Justifique, abordando os aspectos relevantes que envolvem a questão, limitando sua resposta a, no máximo, dez linhas.

Questão nº 3

Passado algum tempo, o Joelson da questão anterior, na qualidade de empresário individual, teve sua falência decretada e, por conseqüência, todo seu patrimônio pessoal, que era significativo, arrecadado pelo administrador judicial. Destaque-se que Joelson, anos antes da falência, havia sido condenado ao pagamento de pensão alimentícia, no importe de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, a um filho, fruto de seu primeiro casamento. Tendo em vista que, antes da falência, Joelson se encontrava em débito junto ao seu filho, motivo pelo qual, inclusive, figura como réu em uma cobrança judicial dos valores devidos a título da pensão alimentícia, pergunta-se: como ficaria o crédito do filho de Joelson perante o concurso de credores? Justifique em, no máximo, dez linhas.

Questão nº 4

O estatuto da Eletro Mineira S/A, companhia fechada, dispõe que o capital social da mesma é equivalente a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dividido em

10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas. O preço de emissão de cada ação foi fixado em R\$ 1,00 (um real).

Gisele, brasileira, solteira, capaz, subscreveu 5.000.000 (cinco milhões) de ações da Eletro Mineira S/A e as integralizou constituindo a companhia usufrutuária de um edifício comercial de sua propriedade pelo prazo de 20 anos.

Apenas um dia após a noticiada integralização, em virtude das obras públicas subterrâneas do metrô, o edifício comercial, dado em usufruto à companhia, desmoronou por inteiro, sendo dragado por uma imensa cratera que se abriu no solo.

Pergunta-se: Gisele poderia ser responsabilizada pelo preço de emissão de suas ações, seja pela companhia ou por um outro acionista ou, ainda, por um credor da sociedade? Justifique em, no máximo, dez linhas.

Questão nº 5

Em 1 º/02/2006, FRANCISCO, na qualidade de vendedor, celebrou um contrato de compra e venda de maquinário industrial com JOÃO, na qualidade de comprador. Na cláusula referente ao pagamento, as partes ajustaram o seguinte:

“JOÃO emitirá um cheque, no valor de R\$ 100.000,00, em favor de FRANCISCO, avalizado por WALDÍRIO. No ato da entrega do cheque nas condições ora entabuladas, FRANCISCO dará plena e geral quitação a JOÃO, mediante o respectivo recibo”.

Assim, em 02/02/2006, JOÃO emitiu o cheque, colheu a assinatura de WALDÍRIO, na qualidade de avalista, e o entregou, contra recibo, para FRANCISCO. Em 03/02/2006, o beneficiário apresentou o cheque ao banco-sacado, tendo este último, todavia, devolvido o cheque por insuficiência de fundos. Irresignado, após algumas tentativas frustradas de solucionar o impasse de forma amigável, FRANCISCO encaminhou o cheque ao Cartório de Protesto em 24/07/2006, tendo sido o protesto devidamente lavrado em 27/07/2006.

Pergunta-se:

- a) Ante as circunstâncias narradas, poderá FRANCISCO pleitear a resolução do contrato de compra e venda ajustado com JOÃO com o fito de reaver o maquinário industrial? Justifique em, no máximo, cinco linhas.
- b) Supondo que, em 15/12/2006, o beneficiário tenha ajuizado uma execução lastreada no referido cheque em face de JOÃO e WALDÍRIO, poderia ser pronunciada a prescrição? Justifique em, no máximo, cinco linhas.